

cido a entrada de capitais e tão pouco conseguido manter um clima de confiança, em relação ao seu funcionamento. O fato do controle quantitativo das importações estar subordinado a decisão do próprio quadro administrativo do organismo, e portanto, sujeita as imposições a que nem sempre pode fugir, tem trazido reclamações graves que comprometem o funcionamento de todo o sistema.

Vê-se, assim, que o funcionamento do atual sistema não tem sido satisfatório. Se deve ser modificado, ou se deve ser apenas bem administrado, como sugerem certos círculos, é difícil de se afirmar. O que esse artigo pretende é apenas criticar certas sugestões que tem sido apresentadas nesse sentido. Uma delas diz respeito a liberação total do câmbio, o que naturalmente ocorreria, caso o café fosse negociado pelo câmbio livre. O efeito desta medida seria o aumento imediato dos preços do café, atendendo assim aos interesses de muitos negociantes, e de alguns proprietários que desejam vender suas lavouras, e de muitos fazendeiros que ainda não venderam a safra que estão colhendo. Não há dúvidas que ela viria também sanar a injustiça que se faz contra os cafeicultores e que acima nos referimos, pois a porção da renda nacional que cabe aos cafeicultores seria aumentada. Poderia também facilitar a exportação de algodão que se acha nas mãos do Governo, diminuindo o prejuízo de sua operação, e, ainda, poderia estimular o aumento da produção agrícola para o ano de 1953/54, pois os agricultores reagiriam a possibilidade de se exportar a melhores preços, algodão, arroz, amendoim, mamona e alguns outros produtos.

Todavia, os inconvenientes de uma tal desvalorização seriam muito grandes. Haveria um aumento sensível do meio circulante, pois o montante da exportação em moeda estrangeira passaria a ter seu valor em cruzeiro, muito maior. É verdade que para efetuar a importação, teria que ser encaminhado a Superintendência da Moeda e do Crédito, um montante equivalente em cruzeiros (admitindo-se um equilíbrio da balança). Acontece, porém, que os recebedores e os pagadores dessa quantidade seriam grupos distintos. De modo que haveria uma transferência de poder aquisitivo. Os agricultores e demais grupos que exportariam os produtos agrícolas teriam a sua renda em cruzeiro aumentada. E os importadores comerciantes ou industriais, teriam-na diminuída enquanto não pudessem transferir o aumento de custo para os consumidores. Para algumas mercadorias que já estavam sendo parcialmente importadas pelo mercado livre ou negro, seria mais difícil transferir esse custo, pois os preços pelos quais são vendidos já refletem a taxa de câmbio do mercado livre, isto é, já estão sendo vendidos ao preço que os mercados permitem. Nesse caso, haveria uma diminuição de lucro para o importador, ao menos temporário. Quanto as matérias primas que se destinam a indústria é de se crer que os industriais possam transferir o acréscimo aos consumidores, vendendo-lhes artigos mais caros.

Conclusão parcial a se tirar seria, pois, que haveria uma diminuição da renda real do grosso da população consumidora. Faz exceção,

naturalmente, os produtores de artigos agrícolas exportáveis, pois estes teriam um aumento de renda em cruzeiro muito elevado de modo que gozariam de uma renda real mais elevada. Seriam esses os efeitos considerados num período curto de tempo. Num período mais longo de tempo, este acréscimo de renda dos agricultores seria transferido para os empregados uma vez que a nossa economia se acha em situação de pleno emprego.

A par dessa transferência de renda, haveria o aumento da inflação, num ritmo difícil de ser previsto. Diversos fatores concorreriam para isso. Um deles é o aumento dos preços das matérias primas, combustíveis e mercadorias em geral importadas. O aumento da receita dos agricultores é outro fator que agiria nesse sentido, não só devido ao seu volume, como também ao seu "poder multiplicador", pois sendo ela distribuída a um grande número de produtores, a sua propensão de poupança seria pequena. Outro fator ainda, seria a necessidade de emissão por parte do Governo, a fim de atender os seus compromissos no exterior, que são vultuosos conforme foi dito acima. (É verdade de que este fator, poderia ser eliminado, pois os recursos poderiam ser levantados através de tributos que não trouxessem maior inflação). Além do mais, é preciso considerar que esses elementos viriam agir numa situação de pleno emprego e num ambiente psicológico extremamente favorável para a elevação de preços, como é o que existe atualmente em nosso país.

Outra sugestão que tem sido feita é a da desvalorização parcial. Dêse modo evitar-se-iam muitos dos inconvenientes acima citados, uma vez que fosse adotado um programa coerente de crédito e orçamento.

Uma das formas de se conseguir a desvalorização parcial seria através da adoção de taxas múltiplas. Isso, aliás, está previsto pela atual lei. Ainda não foi posta em prática na importação, e mesmo quanto a exportação o seu uso tem sido limitado. Através de taxas múltiplas poder-se-ia adotar uma desvalorização até atingir condições que permitissem retornar ao sistema de uma só taxa, em níveis coerentes com o nosso nível geral de preços. Esse sistema apresentaria ainda a vantagem de eliminar o caráter pessoal do atual controle quantitativo das exportações, pois, obrigando-se a aquisição de porcentagens variáveis de câmbio no mercado livre poder-se fazer com que as taxas, das diferentes classes de artigos atinjam níveis que controlem automaticamente a procura de novas importações. Outra vantagem a se mencionar é que o acréscimo da taxa viria eliminar a possibilidade do comerciante obter lucros exagerados com a importação de mercadorias, como ocorre atualmente com as importações a taxa oficial. O acréscimo de serviço que a sua aplicação exigiria do organismo controlador a fim de organizar os diferentes orçamentos cambiais, é um fator que dificulta sua aplicação.